

momento em que o Presidente está em alta, loas para S. Ex^a; no momento em que está em desvantagem nas pesquisas, saem fora do barco e batem de maneira vil no Presidente da República.

Essa é uma situação inusitada em que o Governador está disposto a ir de encontro, porque essa não é sua postura.

No final de sua entrevista, Mário Covas faz uma importante observação, que vou ler, encerrando com esta citação o meu pronunciamento, porque o comportamento de S. Ex^a é o de um autêntico peesedebista.

Diz exatamente assim:

Nós, do PSDB, não nos importamos de dividir o presidente quando ele tinha enorme popularidade. Mas também não nos incomodamos de defendê-lo sozinhos, se os outros pulam fora.

É esta a nossa postura, é este o nosso comportamento. Louvamos a atitude de Mário Covas. Esperamos que S. Ex^a assuma a vanguarda nessa questão política.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho a satisfação e o pernambucano orgulho de incorporar-me às celebrações, neste 14 de maio, relativas à emancipação do Município de Abreu e Lima, componente da região Metropolitana do Recife. É registro que faço com o duplo propósito de homenagear tanto a cidade quanto o seu patrono. Trata-se do irrequieto e irredento General-político José Inácio de Abreu e Lima, filho de outro não menos ilustre e bravo pernambucano, herói da nacionalidade que passaria à história com o nome de Padre Roma, pois deixaria a vida religiosa para engajar-se nas lutas políticas corporificadas na Revolução Pernambucana de 1817.

O Município de Abreu e Lima, Sr. Presidente, é daqueles que compõem a paisagem socioeconômico-cultural de uma microrregião do estado onde pontificam atividades que transitam do tradicional ao moderno, do primário ao terciário, do histórico ao turístico. Sua autonomia veio a concretizar-se há 17 anos, após quatro séculos de incorporação distrital a Igarassu e como extensão territorial do que é hoje um dos mais populosos e modernos centros urbanos da região Metropolitana do Recife – o Município de Paulista.

Mas é preciso assinalar, como o fazem os estudiosos da história de Pernambuco, que durante os últimos 400 anos, ao longo da Estrada do Norte,

onde pontificavam as antigas vilas de Olinda, Goiana e Igarassu, nenhum povoado floresceu a ponto de tornar-se independente das suas sedes, à exceção de Abreu e Lima.

Este é hoje pólo municipal progressista e dinâmico, com intensa atividade nos diversos setores econômicos e cuja população se aproxima dos 100 mil habitantes, distribuídos em seus quase 150 quilômetros quadrados. Sua localização geográfica lhe favorece o surto de desenvolvimento: ao mesmo tempo em que lhe é próxima a faixa costeira pernambucana, ele é empório comercial e área de transição para a Zona da Mata de Pernambuco e para o vizinho Estado da Paraíba. De outra sorte, em seu entorno se situam empreendimentos industriais e unidades fabris de diferentes portes e variadas linhas de produção.

Mas em se tratando de Abreu e Lima cumpre seja feita menção especial à própria denominação do burgo. É que, conforme esboçado no início deste pronunciamento, trata-se de uma reverência à figura legendária de José Inácio de Abreu e Lima, cujo nome se inscreve em movimentos revolucionários que transcenderam o próprio território nacional. E como estamos a resgatar, nestes tempos de busca da nossa identidade, vultos de um passado remoto ou recente, que contribuíram para a consolidação das nossas raízes e o esboço do nosso perfil, resulta mais do que oportuno assinalar o papel que o chamado Gen. Abreu e Lima desempenhou nesse contexto.

O pernambucano José Inácio nasceu em 1794 sob o signo de eventos nativistas de que seu pai foi um dos maiores participantes. Tanto assim que, ao irromper a Revolução Pernambucana de 1817, Abreu e Lima se encontrava detido na Bahia, onde viria a presenciar a própria execução do Padre Roma.

Fracassado o movimento insurrecional e posto em liberdade, seguiu para a Venezuela, onde se engajou às campanhas de independência da Grã-Colômbia, chefiadas por Simón Bolívar, de quem seria um dos "generais". É vasta a crônica de suas aventuras em terras sul-americanas, à luz do ideal bolivariano, que se estenderiam até o ano de 1832.

De volta ao Brasil, fixou residência no Rio de Janeiro. Seu espírito rebelde e afirmativo levou-o a ligar-se ao Partido Caramuru, de forte emblema republicano, sendo célebres suas contendas políticas com Evaristo da Veiga e o cônego Januário da Cunha Barbosa.

Mas quando eclodiu, em 1848, a Revolta Praieira em Pernambuco, da qual tinha sido um dos

incentivadores, Abreu e Lima já se encontrava de volta à sua terra. Como se sabe, a Praieira foi o último movimento revolucionário do Império, inspirado em sentimentos populistas contra o monopólio do comércio lusitano.

Condenado como rebelde em 1849, Abreu e Lima logrou escapar à prisão, passando, daí por diante, até sua morte em 1869, a afastar-se das lutas políticas para se dedicar por completo às pesquisas e às atividades intelectuais para as quais muito contribuiriam o brilho da sua inteligência e o valioso acervo de experiências acumuladas ao longo de sua vida agitada e singularíssima.

Assim é que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ao prestar homenagem, desta tribuna, ao Município de Abreu e Lima na data de sua emancipação, também reverencio a memória do herói que lhe empresta o nome.

E o faço, como dito no início, com pernambucano orgulho e com elevado espírito de civismo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de saudar, inicialmente, os prefeitos brasileiros presentes hoje nesta Casa, de forma toda especial os dos municípios piauienses, dentre eles o médico Manoel Nascimento, de Alagoinha do Piauí.

O tema que quero tratar é educação.

A crise da educação brasileira é uma verdade inofismável e não é o caso mais de descobrir onde o sistema erra, se estamos todos fartos de saber quem erra em quase tudo, desde a elitização das formulações políticas às graves deficiências estratégicas de implementação.

A escola pública, cada vez mais, torna-se uma alternativa para quem, ainda que com muito sacrifício, pode pagar. E quem não pode? E no interior, onde não chegam os interesses dos donos de estabelecimentos privados e, mesmo que chegassem, não haveria poder aquisitivo que lhes desse sustentação? Como ficam, Sr. Presidente, essas crianças e jovens que, por exemplo, lá no meu Estado de origem, Piauí, de plagas historicamente esquecidas pelo Poder Central, acham-se aos magotes?

Não se encontrarão tão cedo para essas e outras perguntas da espécie respostas conscientes, se as autoridades que cuidam do sistema insistirem nos velhos preceitos, em fórmulas que jamais deram certo ou, se dessem, o Brasil seria outro, mais justo, mais humano, mais desenvolvido. A colonização deixou-nos um travo amargo de dominação, espoliação e indiferença perante as dificuldades do irmão mais

humilde. Ao longo do tempo, jamais se quis realmente mudar isso.

O Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso pelo Fundef deveria aplicar R\$437,00 por aluno/ano. Porém, o efetivado foi R\$315,00. Isto significa que de R\$2,2 bilhões que o Executivo Federal deveria investir no Fundef, foram repassados apenas R\$524 milhões. Quem segura o Fundef são os estados (R\$8,9 milhões) e municípios (R\$4,3 milhões).

O que por anos seguidos se fez com o ensino insiste-se em fazer, agora, no limiar do novo século, ainda que o modelo vigente já tenha dado mostras de toda a sua crueldade, incapaz de redimir a maioria do povo daquela que é a pior de todas as privações: a negação do desenvolvimento intelectual, seja pela má qualidade da educação, seja pela falta de cobertura universal. E essa omissão por parte das elites dirigentes perpetuam a miséria, agrava a injustiça social, exacerba as diferenças de região para região deste Brasil colossal, retira das pessoas todas as possibilidades de existência digna, de consciência cívica, de usufruto pleno dos direitos e observância dos deveres da cidadania.

Estimativas do Tesouro Nacional dão conta de queda nas receitas, e portanto diminuição do Fundef, em um País onde não podemos limitar a ação do ensino público para as crianças de 7 a 14 anos. Para não excluir da educação 7 milhões de alunos das escolas públicas, precisamos reagir aqui nesta Casa.

Sem tais faculdades, nobres colegas, cada indivíduo projeta para a sociedade uma formação precaríssima, que está longe de habilitá-lo para o mercado de trabalho. Mesmo aqueles que tiveram acesso à sala de aula, logrando obter um currículo mínimo de conhecimento, nem por isso estão inseridos no modelo neoliberal de Fernando Henrique. Apesar dos embustes da propaganda oficial, no mais das vezes, continuaram excluídos da atividade econômica e da vida.

A meu ver, Sr. Presidente, existe outro fato germinador – ou pelo menos esse é o mais perverso deles – da crise social profunda em que estamos imersos. Não bastante, dia após dia, ela fica pior, o País mais dividido, as camadas socioeconômicas mais estratificadas. De um lado os muito ricos; de outro, os desesperadamente pobres.

Quando se comentam as falhas do sistema educacional brasileiro fala-se na repetência, na evasão, no analfabetismo, nos saírios dos docentes, nas terríveis condições de trabalho, na falta de apoio pedagógico, na penúria de recursos, na má qualida-